

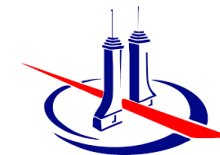


**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA 2020**

VII – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita  
(inciso II, do artigo 5º, da LRF);



Município de Uruguaiana - RS  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ANEXO VII  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2020



Página: 1 de 1  
16/10/2019 18:10

AMF - Demonstrativo 7 (inciso II, art. 5º, da LRF)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Renúncia da receita	Renúncia	2.792.648,29	2.968.585,13	3.152.637,41	A renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária e não afetará as metas de resultados fiscais. Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.
IPTU	Alteração de alíquota	Desconto concedido	1.167.213,58	1.240.748,04	1.317.674,41	
TOTAL			3.959.861,87	4.209.333,17	4.470.311,82	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 15/Out/2019, 15h e 57m.

NOTA EXPLICATIVA: 1 - Os valores da renúncia para 2020 foram previstos de acordo com o relatório da receita de 2018; e aplicados a atualização monetária a partir da projeção de inflação para 2020 pelo IPCA de 4,25%, IPCA 2020 de 4,00% e crescimento do PIB Brasil de 2,70%;

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram calculados a partir dos valores de 2020, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2021:3,70%

Inflação para 2022:3,70%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LOA e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no inciso II, art. 5º, da LRF.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.